



## Alguns Tópicos para Discussão sobre Cooperação para o Desenvolvimento

JOÃO ESTÊVÃO

Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

---

As perspectivas sobre a cooperação para o desenvolvimento têm evoluído significativamente desde o começo da década de 1960, quando a ajuda pública começou a constituir um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento, em particular das jovens nações independentes. Nessa época, a visão dominante do processo de desenvolvimento era a da transição de sociedades predominantemente “tradicionais” para sociedades em que o processo de industrialização conduziria à emergência de estruturas “modernas”. Um dos principais bloqueios desse processo era a escassez de capital, que resultava da baixa capacidade de poupança dessas sociedades, pelo que era indispensável um afluxo considerável de financiamento para ajudar a compensar essa escassez.

A partir do final da década de 1960, o fracasso da maior parte das experiências de desenvolvimento conduziu a modificações importantes na visão da cooperação. O aprofundamento da desigualdade económica e a incapacidade estrutural em garantir a satisfação das necessidades mais elementares de grande parte das populações, conduziram à emergência de uma visão do desenvolvimento muito orientada para a satisfação das necessidades básicas. Este novo enfoque e, conseqüentemente, a perspectiva de que a ajuda deveria ser canalizada prioritariamente para criar as condições mais adequadas à satisfação das necessidades básicas começaram a orientar a visão da ajuda para o objectivo da redução da pobreza.

Na década de 1980, com o aprofundamento da crise no mundo em desenvolvimento e a irrupção do problema da dívida externa, assistiu-se a uma verdadeira “contra-revolução” na teoria do desenvolvimento económico (expressão utilizada num artigo de revista *The Times*, de 9 de Setembro de 1983) e a uma orientação do financiamento externo para o apoio aos programas de reforma estrutural. O objectivo principal era o de reconstruir as economias para garantir o funcionamento eficiente do mercado e, desse modo, esperar que a nova economia conduzida pelos “preços correctos” fosse capaz de sustentar o crescimento económico e criar um novo modelo de integração na economia mundial. Neste quadro, a cooperação e a ajuda desembolsada em moldes “tradicionais” foram fortemente criticadas, reforçando a tendência de “fadiga” revelada na evolução da ajuda ao desenvolvimento.

No final dos anos de 1980 e durante a década de 1990 desenvolveram-se importantes visões críticas em relação à ideia de “mercado livre” que sustentava as propostas de reforma estrutural. Cresceu consideravelmente a preocupação com a dimensão institucional do funcionamento das economias em desenvolvimento. E esta leitura institucional do funcionamento das sociedades, e dos mercados em particular, acabou por ter um impacte significativo sobre a concepção da cooperação para o desenvolvimento. A este nível, são muito importantes as novas orientações para as políticas de cooperação para o desenvolvimento definidas tanto pela Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, como pela União Europeia. São orientações que, no essencial, apontam para a necessidade de se caminhar, através de parcerias eficazes, para a edificação de instituições sólidas, indispensáveis para a boa gestão pública, a redução da pobreza e a protecção do ambiente.

É nesta perspectiva que podem ser colocados alguns tópicos para debate:

1. Um ambiente institucional devidamente estabelecido é indispensável para assegurar a estabilidade, a confiança e a disponibilidade para uma participação activa no processo de desenvolvimento: regras institucionais constitutivas, estruturas democráticas, sistemas de protecção dos direitos de propriedade e dos contratos, instituições jurídicas eficazes, instituições



económicas e financeiras eficientes, etc. E esse ambiente é fundamental para garantir a eficácia da cooperação para o desenvolvimento.

**2.** A importância de programas de cooperação para o desenvolvimento globais, coerentes e definidos em parceria. Globais, porque devem articular os diferentes objectivos, níveis e metas da cooperação. Coerentes, porque as diferentes acções não devem ser desarticuladas, nem contraditórias entre si, e porque elas devem preocupar-se simultaneamente com o desenvolvimento interno e com uma maior integração na economia mundial dos receptores da cooperação. Os programas devem ser definidos em parceria, articular as acções dos agentes públicos, privados e não governamentais, e combinar os níveis nacional, sectorial e local.

**3.** A cooperação para o desenvolvimento deve dar uma atenção muito especial aos níveis de desenvolvimento dos países receptores, já que são diferentes as suas estruturas institucionais, produtivas, de comércio, etc., assim como são diferentes os níveis de realização das metas de desenvolvimento que vêm sendo definidas internacionalmente. A cooperação para o desenvolvimento deve apoiar o processo de desenvolvimento nos seus diferentes estádios de progresso, de forma que os países que progridem mais depressa não sejam “penalizados” pelo seu desempenho e que aqueles que avançam mais devagar sejam impulsionados a melhorar o ritmo.

Estes são apenas alguns tópicos, cada um deles de grande amplitude, mas cujo debate me parece importante.